

Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul*

Sergio Schneider **

*Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia,
Professor do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural e do Departamento de
Sociologia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.*

Guilherme F. W. Radomsky**

*Acadêmico de Ciências Sociais na UFRGS,
Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).*

Resumo

O trabalho analisa a evolução demográfica no Rio Grande do Sul, nas décadas recentes, e procura fazer uma relação entre essa dinâmica e o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) no Estado, dedicando especial atenção ao comportamento da população rural e do emprego na agricultura. A partir da análise da dinâmica demográfica, discute-se a localização dos focos de expulsão da população rural, indicando que estes se encontram nas áreas onde se localizam, majoritariamente, os estabelecimentos agropecuários privados. A partir dessa verificação, conclui-se que a redução da população rural gaúcha decorre da expulsão das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e que esse processo ocorre, sobretudo, na região não-metropolitana, em áreas rurais onde predominam os cultivos de lavouras como milho, soja e fumo.

Palavras-chave

Mercado de trabalho; emprego rural; agricultura.

* Trabalho apresentado no I Encontro de Economia Gaúcha, realizado entre 16 e 17 de maio de 2002, na PUCRS.

** Os autores registram seus agradecimentos à FAPERGS, à FAPESP e ao CNPq pelo apoio que receberam em diferentes momentos para a realização desta pesquisa.

Abstract

This paper analyzes the demographic evolution in Rio Grande do Sul, Brazil, in the last decades and tries to establish the relationship between this dynamic and the growth of the economically active population (PEA), emphasizing the behavior of rural population and labor in agriculture. From the analysis of demographic dynamics, we discuss the localization of expulsion origins, pointing out that these origins are located in areas where private establishments are predominant. We conclude that the reduction of rural population is caused by the expulsion of people employed in agricultural activities and that this process occurs in the non-metropolitan region, in rural areas where crops such as maize, soybeans and tobacco predominate.

1 - Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma análise correlacionada entre a dinâmica de evolução da população rural e o emprego na agricultura do Rio Grande do Sul, focalizando, especialmente, a ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades agrícolas. Mediante a utilização dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), organizados segundo novos cortes censitários, foi possível verificar que, na década de 90, houve uma queda significativa do êxodo rural em comparação com as décadas anteriores. Além disso, a análise dos dados também permitiu verificar que a redução mais expressiva da população gaúcha com domicílio rural se concentra na região não-metropolitana.

Em relação à ocupação da população rural, o trabalho apresenta dados desagregados, segundo os ramos, os setores e as ocupações individuais da população rural para o período compreendido entre 1992 e 1999, o que possibilita analisar quais são as atividades agrícolas que mais dispensaram a contratação de trabalhadores na década passada e qual sua condição na ocupação.

Ao discutir as características ocupacionais da população com domicílio rural no Estado do Rio Grande do Sul, o presente artigo busca contribuir para a discussão acerca das transformações recentes do mercado de trabalho gaúcho, particularmente aquele formado pela população que reside em áreas rurais e trabalha em atividades agrícolas e não-agrícolas.

2 - Considerações metodológicas

As informações sobre a dinâmica populacional foram extraídas dos Censos Demográficos do IBGE, e os dados sobre o desempenho ocupacional da população rural são resultantes de tabulações especiais da PNAD, produzidas no escopo do Projeto Rurbano¹. A PNAD é uma pesquisa estruturada por processos estatísticos e baseia-se em projeções de crescimento da população, o que faz com que, à medida que ocorre o distanciamento da data do censo de referência, aumentem, proporcionalmente, as possibilidades de erro, que, na verdade, se constituem em um problema relacionado à obtenção dos fatores de expansão da amostra. Em relação aos dados aqui utilizados, esse problema específico foi superado pelo Projeto Rurbano, à medida que foram sendo

¹ O Projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores de diversos estados que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro, nas últimas décadas. Trata-se de um projeto temático de equipe, com apoio da FAPESP, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva, da Unicamp. Maiores informações estão disponíveis na *homepage* <http://www.eco.unicamp.br>

introduzidos testes de significância, que, nas tabelas, aparecem como chamadas ao lado esquerdo dos números, indicando o seu grau. Conforme salientado por Silva e Del Grossi (1997), os testes de significância são calculados pelo “teste t” (de Student), que permite verificar a significância, ou não, dos dados entre dois períodos (no caso entre 1992 e 1999).

Outro aspecto relacionado à PNAD que merece uma explicação adicional é a forma de enumeração da população segundo o critério de atividade de ocupação. Em 1992, a metodologia de levantamento foi modificada pelo IBGE tanto no que se refere à cobertura temática como, principalmente, ao conceito de “trabalho”. O IBGE passou a considerar como “ocupadas” as pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizavam algum trabalho (remunerado ou não) durante pelo menos uma hora, na semana de referência (período de coleta das informações), visando captar determinados grupos de pessoas envolvidos em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas, abandonando o critério anterior que considerava ocupadas as pessoas que se envolviam em atividades durante pelo menos 15 horas de trabalho. Por considerar demasiadamente flexível esse critério, o Projeto Rurbano concluiu que seria mais adequado manter o critério de ocupação anterior do IBGE, que considera como ocupada a pessoa que trabalha pelo menos 15 horas por semana em atividades remuneradas. Assim, os dados apresentados neste trabalho sofreram um ajuste estatístico e referem-se, na verdade, a um conceito de PEA mais restrito do que aquele utilizado pelo IBGE a partir de 1992 (Silva; Del Grossi, 1997a; Del Grossi, 1999).

Um dos aspectos mais importantes a ser ressaltado refere-se às definições quanto à situação do domicílio e das novas aberturas introduzidas pelo IBGE, a partir do Censo de 1991. Até essa data, o IBGE apoiava-se, exclusivamente, na definição da delimitação dos perímetros urbanos das cidades, definidos pela legislação municipal vigente no período do censo, para determinar a situação do domicílio. A partir do Censo Demográfico de 1991, outras unidades territoriais foram introduzidas, o que resultou em vários subníveis de agregação: urbano exclusive; urbanas não urbanizadas; urbanas isoladas; rural extensão urbana; rural povoados; rural núcleos; rural outros; e rural exclusive. Como esses subníveis de agregação também estão disponíveis para as PNADs realizadas a partir de 1992, o Projeto Rurbano considerou possível introduzir um novo corte a partir dessas definições. Assim, além do corte rural e urbano como indicador da localização dos domicílios, passou-se a operar, também, com o corte que separa as informações segundo as áreas metropolitana (metro) e não-metropolitana (não-metro). Para efeito da análise que será empreendida neste trabalho, os novos cortes do IBGE foram reagrupados a partir dos resultados obtidos através da reclassificação dos microdados das PNADs, uma vez que os vários subníveis acabaram dispersando os dados e complicando a sua

leitura por um público menos especializado. Assim, o esforço da equipe do Projeto Rurbano consistiu em um processo de reclassificação, formando quatro novos subníveis, sendo os três primeiros considerados urbanos e apenas o último como rural:

- a) **urbano** - é o urbano exclusivo;
- b) **periferias** - trata-se da agregação do urbano não urbanizado com o rural extensão do urbano;
- c) **distritos e povoados** - trata-se da agregação do urbano isolado com o rural povoado e o rural outros;
- d) **rural privado** - trata-se da agregação do rural núcleo com o rural exclusivo.

3 - O padrão de evolução demográfica do Rio Grande do Sul — 1940-2000

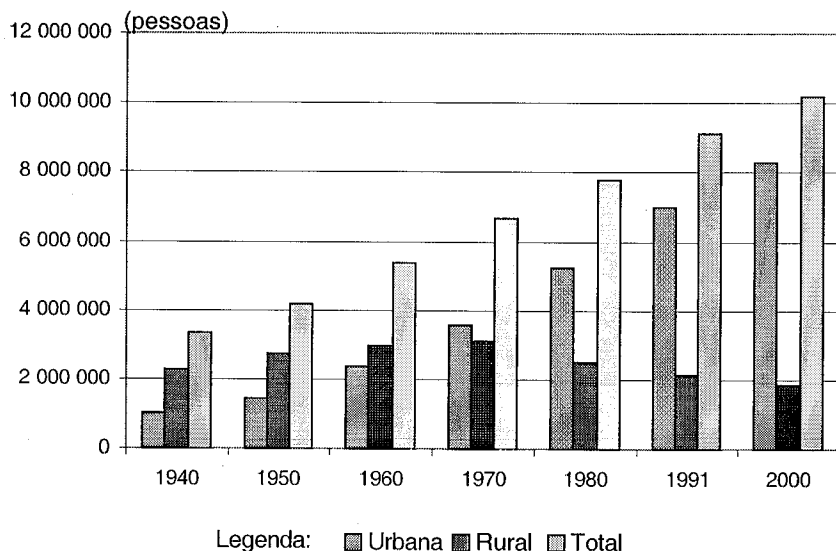
Para compreender-se a dinâmica do mercado de trabalho rural gaúcho no período recente, pode ser sugestiva uma reflexão sobre o desenvolvimento demográfico mais geral da população rural. Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, o Rio Grande do Sul conta, atualmente, com uma população de 10 milhões de habitantes, sendo que 81,65% residem em áreas urbanas, e 18,35% residem no meio rural. O Gráfico 1, a seguir, indica que a evolução demográfica do Estado entre 1940 e 2000 acompanhou a rápida ampliação da população brasileira, que foi mais intensa nas décadas de 60 e 70. No caso gaúcho, verifica-se um padrão relativamente constante, mantendo-se um crescimento que, entre as décadas de 50 e 70, foi de cerca de 2,2% a.a., reduzindo-se, a partir de então, para 1,5% a.a. entre 1980 e 1991 e para algo em torno de 1% entre 1991 e 2000.

Segundo alguns demógrafos, esse crescimento demográfico menos acelerado é uma característica geral da população brasileira, que pode ser atribuído à queda da taxa de fecundidade (indicando-se como uma das causas possíveis a esterilização induzida de mulheres jovens, sobretudo das camadas mais pobres) e ao aumento do controle da natalidade, quer seja por meio dos métodos anticonceptivos cada vez mais eficientes, quer seja através do planejamento familiar (Berquó, 1990; Perpétuo; Aguirre, apud Jardim, 2000).

É interessante observar que o processo de urbanização do Rio Grande do Sul se afirmou durante a década de 60, quando pela primeira vez em sua história a população urbana superou a população rural. Igualmente notável é o fato de que, ao se observar a população urbana no Gráfico 1, se verifica que ela ascende muito mais rapidamente do que decresce a população rural, o que pode ser atribuído à maior taxa de natalidade da população urbana.

Gráfico 1

Evolução das populações rural e urbana — 1940-2000



FORNTE: IBGE. Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000. Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1973; 1982; 1994; 2000.

4 - A década de 90: a focalização do êxodo nas áreas rurais exclusivamente agrícolas

Especificamente em relação à década de 90, os dados preliminares do Censo Demográfico de 2000 indicam que a população rural ainda continua em queda, provocando sua diminuição relativa em relação à população total. Todavia deve-se registrar que essa redução é sensivelmente menos significativa que a da década anterior, conforme mostra a Tabela 1.

Quando se analisa a evolução da população a partir das PNADs, as informações sobre a redução da população rural na década de 90 (1992-1999) assumem outra conotação explicativa. Segundo a PNAD, a diminuição da população rural do Rio Grande do Sul teria sido significativamente menor do que aquela indicada pelos dados censitários. Para entender essa diferença, é preciso tecer algumas considerações sobre a forma de levantamento dos dados de cada uma dessas fontes. Primeiro, deve-se enfatizar que a PNAD é uma

pesquisa amostral, com base no Censo; ou seja, as amostras das PNADs para cada ano da década de 90 são calculadas a partir do Censo Demográfico de 1991, conforme já explicitamos na metodologia. Segundo, a distribuição dos setores censitários entre urbano e rural muda de um Censo para outro em razão da atualização (ou criação, no caso de novos municípios) dos perímetros urbanos dos municípios, o que provoca uma expansão da sua área urbana.

Em razão disso, Silva e Del Grossi (2001) afirmam que

“(...) as áreas urbanas são sempre maiores a cada censo. Se formos rigorosos ao comparar os dados agregados de rural e urbano dos vários censos, teríamos que desagregar sempre a população das áreas urbanas em, pelo menos, dois subconjuntos: aquela que realmente emigrou de áreas rurais para urbanas; e aquela fração que, sem sair da área rural onde morava, foi urbanizada pela mudança de classificação do seu setor censitário entre um censo e outro de rural para urbano. Isso acontece porque a cada censo os distritos censitários — que é a unidade de área física utilizada pelo IBGE para levantamento dos dados — são reclassificados em rurais ou urbanos. Assim, uma área considerada rural em 1991 pode ter se tornado uma área urbana em 2000 por conta dessa atualização cartográfica”.

Tabela 1

Evolução das populações total, rural e urbana no RS — 1970-2000

DISCRIMI- NAÇÃO	1970		1980		1991		2000	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Urbana	3 553 006	-	5 250 940	67,5	6 996 542	76,6	8 312 899	81,6
Rural	3 111 885	-	2 522 897	32,5	2 142 128	23,4	1 868 850	18,4
TOTAL	6 664 891	-	7 773 837	100,0	9 138 670	100,0	10 181 749	100,0

FONTE: IBGE. **Censos Demográficos** 1970; 1980; 1991; 2000: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1973; 1982; 1994; 2000.

Embora tenha outras limitações, nesse caso a PNAD possui uma vantagem sobre o censo, pois ela não sofre os efeitos dessa reclassificação de áreas urbanas e rurais que ocorre de um censo para outro justamente por se tratar de uma pesquisa amostral, cuja base de dados é expandida a partir do universo do último censo disponível (no caso da década de 90 seria o censo demográfico

de 1991). Portanto, os setores censitários permanecem inalterados. Como exemplo das diferenças que o efeito classificatório pode ocasionar na contagem populacional, pode-se tomar o caso da evolução da população rural do Rio Grande do Sul. De acordo com os Censos Demográficos, a população rural do Estado teria passado de 2,142 milhões em 1991 para 1,868 milhão em 2000, uma redução absoluta de 274 mil pessoas. Mas, consultando-se os dados da PNAD, na Tabela 2, verifica-se que em 1992 (primeiro ano da PNAD na década) a população rural era de 2,110 milhões de pessoas e em 1999 havia diminuído para 2,034 milhões de pessoas, perfazendo uma queda de apenas 76 mil pessoas. Essa diferença de quase 200 mil pessoas pode estar relacionada à superestimação da população rural nas PNADs, ou, conforme chamam a atenção Silva e Del Grossi (2001), essa diferença deve-se à mudança de classificação de áreas consideradas rurais em 1991 que passaram a ser urbanas em 2000.

Desse modo, pode-se afirmar que a **novidade** que resulta da consulta aos dados populacionais da PNAD da década de 90 está na significativa alteração do comportamento da população rural, que parece não estar mais sendo reduzida em velocidade semelhante a das décadas anteriores. Com base nos dados da PNAD de vários anos da década de 90, expostos na Tabela 2, é possível verificar que a taxa de crescimento da população urbana do Rio Grande do Sul, que era de 1,6% a.a. entre 1992 e 1999, diminuiu para 1,2% a.a. entre 1996 e 1999. A população rural, por sua vez, passou de 2.110.400 habitantes em 1992 para 2.034.900 em 1999, reduzindo seu ritmo de queda, que foi de apenas 0,4% a.a. na década. A inversão parece se corroborar ao observar-se apenas o período 1996-99, quando se percebe mais claramente a tendência à desaceleração da urbanização da população e ao aumento de pequena proporção, da ordem de 0,7% a.a., da população domiciliada em áreas rurais.

Mais do que isso, além de estar havendo um arrefecimento no abandono das áreas rurais, parece estar ocorrendo um processo de focalização do êxodo rural. Essa alteração demográfica pode ser melhor entendida quando se utilizam os cortes metro e não-metropolitano. No período 1992-99, a população metropolitana gaúcha cresceu a uma taxa de 1,5% a.a., e a não-metro, a 1,0% a.a.. Em ambas as situações, a população residente nas áreas urbanas aumentou (1,3% a.a. na metro e 1,7% a.a. na não-metro), ao passo que as pessoas residentes em áreas rurais somente aumentaram na região metropolitana (4,6% a.a. entre 1992-99 e 7,1% a.a. entre 1996-99), registrando queda de 0,8% a.a. na região não-metropolitana.

Tabela 2

Populações total, urbana e rural, com domicílio nas áreas metropolitanas e não-metropolitana, do RS — 1992-1999

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
TOTAL DA POPULAÇÃO DO RS	9 246,79	9 355,55	9 572,21	9 678,41	9 787,18
Total da população urbana ...	7 136,38	7 298,19	7 565,94	7 673,67	7 795,86
Total da população rural	2 110,40	2 057,36	2 006,28	2 004,73	1 991,32
Total da população metropolitana	3 050,97	3 092,53	3 191,39	3 237,21	3 284,14
Urbana	2 930,75	2 964,30	3 060,86	3 097,92	3 145,94
Rural	120,22	128,23	130,53	139,29	138,20
Total da população não-metropolitana	6 195,82	6 252,53	6 380,83	6 441,19	6 503,04
Urbana	4 205,64	4 329,03	4 505,08	4 575,76	4 649,92
Rural	1 990,18	1 923,49	1 875,75	1 865,44	1 853,13

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO	
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	a.a. (%)	
			1992-1999	1996-99
TOTAL DA POPULAÇÃO DO RS	9 891,86	9 996,46	(1) 1,1	(1)1,1
Total da população urbana ...	7 841,81	7 961,56	(1) 1,6	(1)1,2
Total da população rural	2 050,05	2 034,90	(2)-0,4	0,7
Total da população metropolitana	3 329,31	3 374,44	(1) 1,5	(1)1,4
Urbana	3 162,66	3 209,79	(1) 1,3	(1)1,1
Rural	166,65	164,64	(1) 4,6	(2)7,1
Total da população não-metropolitana	6 562,55	6 622,02	(1) 1,0	(1)0,9
Urbana	4 679,15	4 751,77	(1) 1,7	(1)1,2
Rural	1 883,40	1 870,26	(1)-0,8	0,2

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Demonstra 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Esse indício de que as migrações partem da área rural da região não-metropolitana pode ser confirmado nas Tabelas 3 e 4, onde se constata que, no Rio Grande do Sul, o êxodo rural parece concentrar-se nas subáreas denominadas de **rural privado** da zona não-metropolitana, onde se registrou uma queda de 0,8% a.a. entre 1992 e 1999. Ao contrário do que muitas vezes se imagina, as Tabelas 3 e 4 permitem visualizar que as pessoas que deixam a região não-metropolitana do Estado em direção às cidades (áreas classificadas como **urbanas** ou **periferias** tanto da região metro como não-metropolitana) não provêm das subáreas **distritos e povoados**, mas daquelas definidas como **rural privado**. É nessas subáreas que se localizam os domicílios particulares e os estabelecimentos agropecuários, indicando que ali predomina a atividade agrícola como ocupação principal. O fato de ser uma área rural não pode mais ser considerado como fator de expulsão, pois na subárea **rural privado** da região metropolitana verifica-se um crescimento de população da ordem de 3,8% a.a., como indica a Tabela 3.

Tabela 3

Evolução, segundo novas aberturas, da população total da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1992-1999

REGIÃO METROPOLITANA	1992 (1 000 pessoas)	1993 (1 000 pessoas)	1995 (1 000 pessoas)	1996 (1 000 pessoas)	1997 (1 000 pessoas)
Urbano exclusive	2 840	2 855	2 943	2 983	3 027
Periferia	74	86	98	92	94
Distritos e povoados	33	40	38	47	49
Rural privado	105	111	112	116	114
TOTAL	3 051	3 093	3 191	3 237	3 284

REGIÃO METROPOLITANA	1998 (1 000 pessoas)	1999 (1 000 pessoas)	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
			1992-1999	1996-99
Urbano exclusive	3 025	3 097	(1)1,2	(2)1,1
Periferia	116	102	(1)4,8	5,3
Distritos e povoados	48	39	(3)3,6	-5,5
Rural privado	140	137	(1)3,8	(3)7,2
TOTAL	3 329	3 374	(1)1,5	(1)1,4

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 10% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (3) Demonstra 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 4

Evolução da população total da região não-metropolitana, segundo novas aberturas, do RS — 1992-1999

REGIÃO NÃO-METROPOLITANA	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
Urbano exclusive	3 979	4 100	4 257	4 322	4 376
Periferia	203	203	217	221	244
Distritos e povoados	24	26	30	33	30
Rural privado	1 990	1 923	1 876	1 865	1 853
TOTAL	6 196	6 253	6 381	6 441	6 503

REGIÃO NÃO-METROPOLITANA	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	1992-1999	1996-99
Urbano exclusive	4 414	4 488	(1) 1,7	(1)1,2
Periferia	240	234	(1) 2,7	1,6
Distritos e povoados	25	29	1,9	-5,2
Rural privado	1 883	1 870	(1)-0,8	0,2
TOTAL	6 563	6 622	(1) 1,0	(1)0,9

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Outro aspecto que vale a pena ser ressaltado refere-se à população que reside em áreas denominadas como **distritos e povoados**, que podem ter sido classificadas como rurais em 1991 e como urbanas em 2000, dada a provável atualização dos perímetros urbanos antes indicada. Esse é, provavelmente, o caso da população dos 164 novos municípios gaúchos que foram criados depois da realização do Censo Demográfico de 1991. Em 1991, boa parte da população dessas localidades foi contada como rural. Já no censo de 2000, após a emancipação e a delimitação do perímetro urbano, passaram a ser parcela da população considerada como urbana. Essa é a razão pela qual, na Tabela 3, se verifica uma relativa estagnação na evolução da população domiciliada em áreas definidas como nos **distritos e povoados** situados na região não-metropolitana, entre 1992 e 1999, que são sempre as localidades que buscam organizar processos de emancipação política.

Esses indicadores demográficos permitem afirmar que, não obstante estar ocorrendo um arrefecimento do fenômeno de “metropolização” da população nos últimos anos, é a região rural não-metropolitana, sobretudo aquela definida como **rural privado**, que continua a expulsar habitantes para a zona urbana. A absorção dessa população de origem rural ainda é feita, majoritariamente, pelas áreas urbanas, quer sejam metro, quer sejam não-metropolitanas, em proporções quase iguais. Embora pouco significativo em termos absolutos (face à população rural não-metro, que, em 1999, era de 1,8 milhão), o aumento da população com domicílio rural em áreas metropolitanas (4,6% a.a.), que passou de 120 para 164 mil entre 1992 e 1999, não pode ser considerado desprezível.

5 - As mudanças no perfil da PEA ocupada no Rio Grande do Sul

A partir dessas considerações preliminares sobre a dinâmica populacional do Rio Grande do Sul, pretende-se, a seguir, relacionar esse processo ao mercado de trabalho e ao emprego da PEA, sobretudo aquela de domicílio rural. Antes, porém, de discutir em detalhes os aspectos exclusivamente relacionados à dinâmica do mercado de trabalho rural, pretende-se fazer um breve comentário sobre a composição da PEA gaúcha. A Tabela 5 apresenta um quadro-síntese de como é constituída e distribuída a força de trabalho ativa no Estado. A primeira observação que pode-se extrair dessa Tabela é que, na década de 90, a variação da PEA total foi inferior à variação demográfica, pois a PEA aumentou 1,1% a.a., e a população total cresceu apenas 0,5% a.a. Outra verificação é que a PEA urbana, que representa mais do que o dobro da rural, também continuou crescendo de forma mais rápida do que a rural. E, finalmente, uma terceira e última observação indica que a PEA metropolitana é que aumentou de modo mais consistente na década, registrando um crescimento de 1,3% a.a.

Para melhor compreender o que ocorreu com a PEA rural, é preciso observar que, entre 1992 e 1999, houve uma redução de 2,6% ao ano do número de ativos ocupados em atividades agrícolas, passando de 964 mil ocupados em 1992 para 789 mil em 1999, o que representa uma perda de 174,64 mil ocupações, conforme indica a Tabela 6.

Não obstante a redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas, em seu conjunto, a PEA rural apresentou uma relativa estabilidade na década de 90, que se deve, em larga medida, ao expressivo crescimento do número de ativos que têm domicílios em áreas rurais, mas estão ocupados em atividades não-agrícolas. A PEA rural gaúcha ocupada em atividades não-agrícolas

aumentou de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1999 (o que corresponde a um aumento de 55,24 mil ocupações), registrando uma taxa anual de crescimento de 2,7% entre 1992 e 1999 e de 4,5% a.a., quando tomados apenas os anos entre 1996 e 1999. Essa verificação subscreve uma das principais conclusões apontadas em trabalhos anteriores do Projeto Rurbano (Schneider; Navarro, 2000; Campanhola; Silva, 2000); qual seja, a de que está em curso uma diminuição do número de ativos nas áreas rurais brasileiras. No Rio Grande do Sul, em particular, a redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas ocorreu, principalmente, nas áreas rurais não-metropolitanas, onde se verificou uma queda de 2,6% a.a. entre 1992 e 1999, conforme indicado na Tabela 6.

Tabela 5

Populações total, rural e urbana, PEA total, urbana, rural, metropolitana e não-metropolitana do RS — 1992-1999

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
PEA total do RS	4 527	4 503	4 575	4 562	4 622
Total da PEA urbana	3 265	3 301	3 407	3 385	3 483
Total da PEA rural	1 261	1 202	1 168	1 178	1 139
Total da PEA metropolitana	1 386	1 385	1 458	1 447	1 474
Total da PEA não-metropolitana	3 141	3 118	3 117	3 116	3 148

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	1992-1999	1996-99
PEA total do RS	4 648	4 660	(1) 0,5	(2) 0,7
Total da PEA urbana	3 486	3 518	(1) 1,1	(2) 1,2
Total da PEA rural	1 162	1 142	(1) -1,2	-0,7
Total da PEA metropolitana	1 484	1 519	(1) 1,3	(1) 1,5
Total da PEA não-metropolitana	3 164	3 141	0,1	0,3

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 10% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 6

População e PEA rural ocupada, segundo os ramos de atividade, do RS — 1992-1999

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
TOTAL DA PEA RURAL	1 261,00	1 202,00	1 168,00	1 178,00	1 139,00
Agrícola	964,02	915,61	882,19	872,39	815,25
Não-agrícola	297,13	286,27	285,85	305,45	324,06
Total da PEA rural ocupada	1 261,00	1 202,00	1 168,00	1 178,00	1 139,00
PEA rural metropolitana ocupada	61,77	63,61	65,36	66,44	70,41
Em atividades agrícolas	23,02	25,81	26,27	24,08	21,46
Em atividades não-agríco- las	38,75	37,80	39,09	42,35	48,95
PEA rural não-metropolitana ocupada	1 199,37	1 138,27	1 102,67	1 111,41	1 068,91
Em atividades agrícolas	941,00	889,80	855,91	848,31	793,79
Em atividades não-agríco- las	258,38	248,47	246,76	263,10	275,12
DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO		
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	a.a. (%)		
			1992-1999	1996-99	
TOTAL DA PEA RURAL	1 162,00	1 142,00	(1)-1,2	-0,7	
Agrícola	833,62	789,38	(1)-2,6	(3)-2,7	
Não-agrícola	328,47	352,37	(1) 2,7	(1) 4,5	
Total da PEA rural ocupada	1 162,00	1 142,00	(1)-1,2	-0,7	
PEA rural metropolitana ocupada	73,16	75,54	(1) 2,9	(1) 4,3	
Em atividades agrícolas	20,93	23,26	-1,7	-1,3	
Em atividades não-agríco- las	52,23	52,28	(1) 5,3	(2) 7,2	
PEA rural não-metropolitana ocupada	1 088,93	1 066,21	(1)-1,4	-1,1	
Em atividades agrícolas	812,69	766,12	(1)-2,6	(3)-2,8	
Em atividades não-agríco- las	276,24	300,09	(1) 2,2	(2) 4,1	

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 10% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (3) Demonstra 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Uma análise cuidadosa das informações sobre a PEA rural não-metro permite afirmar que a redução dos ativos rurais (-1,4% entre 1992 e 1999) se concentra nas atividades agrícolas, pois, nas atividades não-agrícolas, verificou-se um aumento de 2,2% a.a. entre 1992 e 1999. Quando se compara o desempenho ocupacional levando-se em consideração os cortes censitários metro e não-metropolitana, percebe-se que a redução das ocupações agrícolas ocorre em ambas as situações da população com domicílio rural (metro e não-metro 1,7% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente, entre 1992 e 1999), ao passo que as atividades não-agrícolas crescem significativamente nas áreas rurais metro e não-metropolitanas (5,3% a.a. e 2,2% a.a., respectivamente, entre 1992 e 1999 — sem mencionar a tendência positiva que é apontada quando considera-se apenas a taxa de crescimento da segunda metade dos anos 90).

A dinâmica ocupacional da população rural pode ser ainda analisada a partir dos novos cortes censitários introduzidos pelo Projeto Rurbano. Nesse caso, verifica-se que, na região metropolitana, as áreas denominadas de **distritos e povoados** e as **periferias** registraram as maiores taxas de crescimento da PEA, 5,2% a.a. e 3,9% a.a., respectivamente, no período entre 1992 e 1999. Já na região não-metropolitana, a PEA cresceu mais intensamente nas periferias (3,8% a.a. entre 1992 e 1999). Na Tabela 7, chama atenção o crescimento de 2,3% a.a. da PEA nas áreas metropolitanas consideradas **rural privado** assim como a sua redução na área não-metropolitana (-1,4% a.a.).

A partir dessa caracterização mais geral da dinâmica demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul, pretende-se, nas seções seguintes, discutir com maior ênfase o comportamento do emprego em atividades agrícolas e não-agrícolas da população rural do Estado.

Tabela 7

Taxas de crescimento da PEA metropolitana e da não-metropolitana,
por situação de domicílio, no RS — 1992-1999

(% a.a.)

SUBÁREAS	PEA METROPOLITANA	PEA NÃO-METROPOLITANA
Urbano exclusive	(1)1,1	(1) 0,9
Periferias	(1)3,9	(1) 3,8
Distritos e povoados	(1)5,2	-3,6
Rural privado	(1)2,3	(1)-1,4

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

6 - A evolução ocupacional da população rural gaúcha na década de 90

Para efeito deste trabalho, serão consideradas atividades agrícolas aquelas relacionadas ao trabalho nas diferentes tarefas relacionadas à agropecuária e atividades não-agrícolas todas as demais formas de ocupação do trabalho. Após tecer considerações gerais sobre o mercado de trabalho rural gaúcho, pretende-se especificar, com maior detalhe, a ocupação da população com domicílio rural em atividades agrícolas e não-agrícolas, analisando as aberturas por ramos, setores e ocupações individuais. Na seqüência, utilizar-se-á o corte metro e não-metropolitano e privilegiar-se-ão as aberturas rural metro e rural não-metro e, dentro de cada uma delas, o subnível **rural privado**. A justificativa para essa escolha reside no fato de que o interesse maior deste trabalho está em refletir sobre a dinâmica do mercado de trabalho rural, sendo, portanto, necessário contar com os cortes censitários que melhor alcançam esse universo da população gaúcha.

A primeira observação que cabe ser feita com relação ao desempenho do mercado de trabalho rural gaúcho é que o seu tamanho parece não ter sofrido alterações muito significativas na década de 90. A Tabela 8 mostra que a PEA rural ocupada em 1992 era de 1,261 milhão e em 1999 era de 1,141 milhão de pessoas, o que indica uma pequena queda, que, inclusive, não chega a alcançar os níveis de significância requeridos pelos testes de regressão que foram adotados.

O Gráfico 2 ilustra, de forma eloqüente, a dinâmica diferenciada do mercado de trabalho rural do Rio Grande do Sul, ao indicar uma diminuição continuada da PEA rural ocupada em atividades agrícolas, que foi de 2,6% a.a. entre 1992 e 1999, e um aumento significativo da PEA domiciliada no meio rural ocupada em atividades não-agrícolas, que foi da ordem de 2,7% a.a. no mesmo período.

A partir da introdução das novas aberturas censitárias, conforme indicado na metodologia, torna-se possível analisar a dinâmica do mercado de trabalho rural por um ângulo ainda pouco explorado. A Tabela 9 apresenta as taxas de crescimento anuais das atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas metropolitanas e não-metropolitanas. Essa tabela revela que, em todos os cortes censitários, se verifica uma queda do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, inclusive nas áreas denominadas de **rural privado**, onde se localizam, majoritariamente, os estabelecimentos agropecuários e quase inexistente aglomeração de domicílios (mais de 10 e menos de 50 domicílios).

Tabela 8

Total da PEA rural ocupada, PEA rural das regiões metropolitanas e não-metropolitanas, segundo os ramos de atividades, no RS — 1992-1999

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
TOTAL DA PEA RURAL OCUPADA	1 261,00	1 202,00	1 168,00	1 178,00	1 139,00
PEA rural metropolitana ocupada	61,77	63,61	65,36	66,44	70,41
Em atividades agrícolas	23,02	25,81	26,27	24,08	21,46
Em atividades não-agrícolas	38,75	37,80	39,09	42,35	48,95
PEA rural não-metropolitana ocupada	1 199,37	1 138,27	1 102,67	1 111,41	1 068,91
Em atividades agrícolas	941,00	889,80	855,91	848,31	793,79
Em atividades não-agrícolas	258,38	248,47	246,76	263,10	275,12

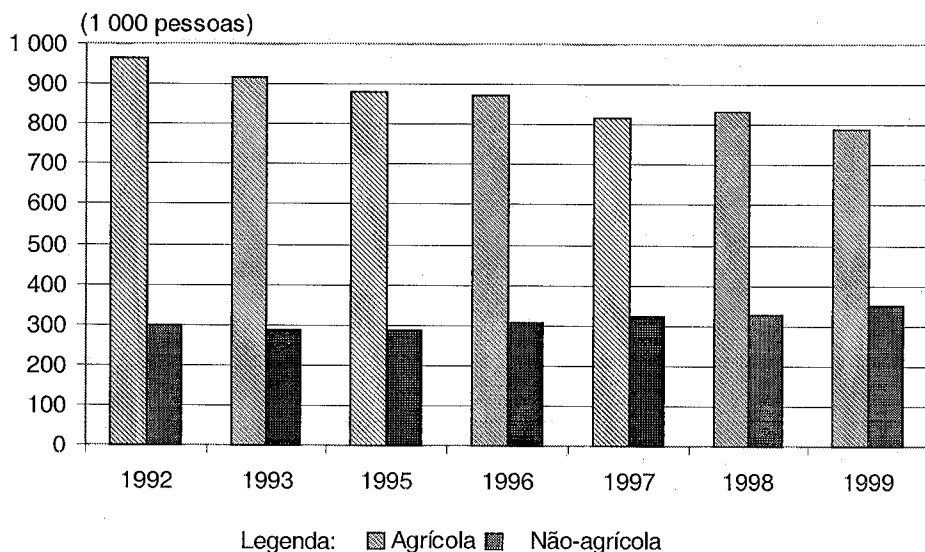
DISCRIMINAÇÃO	1998 (1 000 pessoas)	1999 (1 000 pessoas)	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
			1992-1999	1996-99
TOTAL DA PEA RURAL OCUPADA	1 162,00	1 142,00	(1)-1,2	-0,7
PEA rural metropolitana ocupada	73,16	75,54	(1) 2,9	(1) 4,3
Em atividades agrícolas	20,93	23,26	-1,7	-1,3
Em atividades não-agrícolas	52,23	52,28	(1) 5,3	(2) 7,2
PEA rural não-metropolitana ocupada	1 088,93	1 066,21	(1)-1,4	-1,1
Em atividades agrícolas	812,69	766,12	(1)-2,6	(3)-2,8
Em atividades não-agrícolas	276,24	300,09	(1) 2,2	(2) 4,1

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 10% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (3) Demonstra 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Gráfico 2

Evolução da PEA rural ocupada em atividades agrícolas
e não-agrícolas no RS — 1992-1999



FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

Tabela 9

Taxas de crescimento da PEA metropolitana e não-metropolitana, por situação
de domicílio e atividades, no RS — 1992-1999

(% a.a.)

SUBÁREAS	METROPOLITANA		NÃO-METROPOLITANA	
	Agrícolas	Não-Agrícolas	Agrícolas	Não-Agrícolas
Urbano exclusive	-1,9	(1)1,2	(1)-3,4	(1)1,2
Periferias	-	(1)4,0	-1,8	(1)5,6
Distritos e povoados	-	(1)5,7	-	3,2
Rural privado	-1,6	(1)5,1	(1)-2,6	(1)2,2

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Outra característica que se salienta na Tabela 9 se refere ao crescimento positivo em todas as situações, metro e não-metropolitana, das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Merecem destaque, obviamente, as taxas relativas registradas nas áreas **rural privado**, onde o aumento foi de expressivos 5,1% a.a. na região metro e de 2,2% a.a. na região não-metropolitana.²

7 - O desempenho do emprego agrícola segundo ramos, setores e ocupações principais

A partir dessa análise mais abrangente sobre o mercado de trabalho rural e suas implicações sobre as ocupações agrícolas e não-agrícolas, apresenta-se, a seguir, um conjunto de informações que pretendem contribuir na localização de possíveis explicações para a queda do emprego agrícola e o crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas no espaço rural gaúcho ao longo da década de 90.

Dentre essas informações, salientam-se aquelas relacionadas a determinados setores produtivos da agropecuária gaúcha, tais como os mencionados na Tabela 10. A redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas pode ser explicada pelo fato de que nas atividades de produção de grãos, como milho e soja, e na fumicultura do Rio Grande do Sul predominam os agricultores familiares, que são contados pela PNAD como ocupados por conta própria (no caso do chefe do domicílio) e trabalhadores rurais (que são os demais membros não remunerados da família como a esposa, os filhos e outros).

Na década de 90, os cereais e a fumicultura, que respondem por uma parcela importante do emprego agrícola gaúcho, foram afetados por uma série de condicionantes que ocasionaram essa redução ocupacional. O dados apresentados na Tabela 10 mostram que, no período entre 1992 e 1999, houve uma queda do número de ativos ocupados em setores de atividades agrícolas como a soja e o fumo, cujo nível de ocupação diminuiu 6,1% a.a. e 5,6% a.a. respectivamente, o que representou uma redução de 169 mil ocupados somente nessas duas culturas. Tomando-se apenas os anos finais da década de 90, percebe-se que essa redução atingiu praticamente todas as culturas importantes da agropecuária gaúcha, exceto a avicultura.

² Uma análise mais detalhada da dinâmica das ocupações rurais em atividades não-agrícolas do mercado de trabalho rural gaúcho pode ser encontrada em Schneider (2002).

Tabela 10

Evolução da PEA rural total, segundo a situação de domicílio, ramos e setores de atividades agrícolas, no RS — 1992-1999

SETOR AGRÍCOLA PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
Cultura de soja	308	281	255	264	217
Cultura de fumo	114	102	84	88	92
Produção de verduras	24	18	69	70	45
Criação de aves	15	14	16	12	21
Subtotal agrícola (3)	961	906	879	886	807

SETOR AGRÍCOLA PRINCIPAL	1998 (1 000 pessoas)	1999 (1 000 pessoas)	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
			1992-1999	1996-99
			Cultura de soja	233
Cultura de fumo	76	72	(1) -5,6	(2) -7,6
Produção de verduras	50	38	(2)11,6	(2)-15,4
Criação de aves	25	21	(2) 7,3	19,4
Subtotal agrícola (3)	828	785	(1) -2,6	(2) -2,7

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (3) São apresentados apenas os quatro principais setores, razão pela qual sua soma não é igual ao subtotal.

Dentre as razões explicativas, podem-se destacar os efeitos da abertura comercial do início da década, que tiveram repercussão sobre a queda dos preços dos produtos agrícolas, a diminuição do crédito agrícola e a redução dos instrumentos estatais de apoio à agricultura e o próprio aprofundamento tecnológico, que, ao modernizar essas atividades produtivas, provocou a redução do uso da força de trabalho, o que resultou na diminuição da contratação de mão-de-obra fixa (empregados assalariados) ou da utilização dos membros das famílias (trabalhadores rurais), conforme se verá mais adiante.

Tabela 11

Evolução da PEA rural não-metropolitana, segundo a situação de domicílio e setores principais, no RS — 1992-1999

SETOR AGRÍCOLA PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
Cultura de milho	143	127	150	126	101
Culturas diversas	137	138	81	102	95
Produção de verduras	22	17	66	68	43
Criação de aves	14	14	15	12	20
Subtotal agrícola não-metropolitano (3)	941	890	856	848	794

SETOR AGRÍCOLA PRINCIPAL	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	1992-1999	1996-99
Cultura de milho	100	102	(1) -5,2	-6,1
Culturas diversas	131	97	-3,6	1,9
Produção de verduras	48	37	(2) 12,1	(2) -15,9
Criação de aves	24	20	(2) 7,6	20,5
Subtotal agrícola não-metropolitano (3)	813	766	(1) -2,6	(2) -2,8

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indicam 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (3) São apresentados apenas os quatro principais setores, razão pela qual sua soma não é igual ao subtotal.

Quando se toma somente a evolução da PEA rural não-metropolitana,³ indicada na Tabela 11, a cultura do milho desponta como um dos setores que mais reduziu o nível de ocupação agrícola, pois houve uma queda de 41 mil pessoas somente nessa atividade entre 1992 e 1999, o que representou uma queda de 5,2% a.a. Essa redução no número de ativos das principais culturas de lavoura da agricultura gaúcha decorreu de um conjunto de transformações estruturais que estão afetando a agropecuária do Rio Grande do Sul no período recente. Dentre os principais fatores, cabe citar a perda da competitividade da agricultura gaúcha em relação àquela de outras regiões do Brasil, sobretudo

³ Em razão de serem estatisticamente pouco expressivos, decidiu-se não incluir as tabelas sobre a evolução da ocupação agrícola segundo os diferentes ramos e setores da atividade agrícola da PEA rural total metropolitana e da PEA rural metropolitana nas áreas rural privado.

as do Norte e do Centro-Oeste, e do Exterior, como no caso dos países do Mercosul. Essa perda de competitividade está relacionada a fatores de ordem tecnológica, comercial, cambial e produtiva (Benetti, 2000; Fligenspan, 2000).

Como fator adicional, cabe ser ressaltado que as transformações do mercado de trabalho rural do Rio Grande do Sul ocorrem, de fato, nas áreas rurais da região não-metropolitana, nos espaços definidos como **rural privado**. Conforme pode ser visto na Tabela 12, é nas áreas onde predominam os estabelecimentos agropecuários e as atividades agrícolas *stricto sensu* que se verifica uma queda maior nos níveis de ocupação agrícola da população. Para confirmar essa observação, basta uma simples comparação dos dados da Tabela 12 com os da Tabela 10 para se perceber que a variação negativa do emprego agrícola registrou índices relativos muito próximos nos dois casos. Essa coincidência pode ser interpretada como uma relação estreita da PEA rural em geral com a PEA rural não-metropolitana domiciliada na subárea **rural privado**; ou seja, os espaços que estão sendo denominados de rurais são, de fato, áreas onde predominam os estabelecimentos agropecuários privados e a produção agrícola.

As correlações estabelecidas entre emprego e agricultura a partir da análise dos principais ramos e setores de atividades também se refletem sobre as principais ocupações individuais. A Tabela 13 traz informações acerca da evolução das principais ocupações agrícolas ao longo da década de 90. Somente os ocupados como trabalhadores rurais se reduziram em 111 mil pessoas entre 1992 e 1999. Segundo a classificação da PNAD, trabalhadores rurais são os membros das famílias que fornecem ajuda nos momentos de maior demanda de mão-de-obra (colheita e plantio) de culturas como a soja, o fumo, etc. Outra ocupação que se reduziu no meio rural gaúcho foi a dos agricultores por conta própria (que, em geral, são os chefes de famílias de pequenas propriedades que trabalham em seu próprio estabelecimento), que teve uma queda de 43 mil ocupados no mesmo período. A terceira ocupação que se reduziu em maior número é formada pelos empregados agrícolas (contratados e assalariados rurais), que diminuiu em cerca de 9 mil pessoas.

Essa redução do emprego agrícola pode ser atribuída à crise de setores tradicionais da agropecuária gaúcha, que são demandantes desse tipo de mão-de-obra, como a orizicultura (particularmente devido à crise enfrentada na primeira metade da década de 90) e a fumicultura. A orizicultura irrigada, situada nas Regiões Sul, Fronteira Oeste e parcela da Depressão Central do Estado, foi fortemente afetada em dois momentos na década de 90. Primeiro, quando houve a abertura comercial promovida pelo Governo Collor de Melo, no início da década, mediante a abertura do mercado brasileiro às importações de arroz, que vinha tanto dos países do Mercosul como do Sudeste Asiático. O segundo momento de crise ocorreu com a decretação do Plano Real, em

1994, que, ao instituir uma política cambial ancorada ao dólar, acabou comprometendo as condições de competitividade da lavoura gaúcha em face aos seus tradicionais concorrentes.⁴ Como resultado dessa crise do arroz, assistiu-se ao endividamento dos produtores, especialmente daqueles de maior porte, que operavam com base na contratação de trabalho assalariado. Em relação ao fumo, a situação é um pouco distinta, embora sua retração seja decorrente dos mesmos fatores que afetaram a orizicultura. A diferença, contudo, está no fato de que a cultura do fumo, praticada em pequenas propriedades (até 50ha) na região do Vale do Rio Pardo, não opera com o assalariamento fixo de trabalhadores, mas com a contratação temporária no período da colheita. Estima-se que, anualmente, o número desses contratos temporários para classificação do fumo chegue a 5 mil trabalhadores, que, no geral, são agricultores familiares.

Tabela 12

Evolução da PEA rural não-metropolitana da área rural privado, segundo a situação de domicílio e o setor de produção, no RS — 1992-1999

SETOR AGRÍCOLA PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
Cultura de soja	307,69	280,88	255,39	263,68	217,05
Cultura de milho	143,47	126,79	149,55	126,06	100,91
Culturas diversas	137,31	137,59	81,10	101,77	94,71
Cultura de fumo	114,33	101,78	83,99	87,90	91,91
SETOR AGRÍCOLA PRINCIPAL	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)		
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	1992-1999	1996-99	
Cultura de soja	232,92	180,63	(1)-6,1	(2)-10,1	
Cultura de milho	99,67	102,49	(1)-5,2	-6,1	
Culturas diversas	130,99	97,40	-3,6	1,9	
Cultura de fumo	75,75	71,91	(1)-5,6	(2) -7,6	

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

⁴ Isso sem considerar os impactos decorrentes dos acordos comerciais assinados no âmbito do Mercosul, que favoreceram largamente os produtores de arroz do Uruguai. Na verdade, a política de cotas de importação fixada nos acordos entre Brasil e Uruguai fez com que muitos produtores gaúchos de arroz se estabelecessem do outro lado da fronteira do Chuí, onde as terras eram mais baratas, mais produtivas, e os preços de venda, mais favoráveis.

Tabela 13

Evolução da PEA rural total das principais ocupações das pessoas ocupadas na atividade agrícola no RS — 1992-1999

OCUPAÇÃO AGRÍCOLA PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)
Trabalhador rural	552,64	517,21	484,30	498,70	439,34
Agricultor por conta própria	326,15	329,71	328,02	317,30	293,29
Empregado agrícola	21,50	18,40	17,83	12,39	20,50
Total da PEA rural agrícola (4)	964,02	915,61	882,19	872,39	815,25

OCUPAÇÃO AGRÍCOLA PRINCIPAL	1998	1999	TAXAS DE CRESCIMENTO a.a. (%)	
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	1992-1999	1996-99
Trabalhador rural	458,65	441,30	(1)-3,0	-3,2
Agricultor por conta própria	323,26	283,12	(2)-1,7	-2,4
Empregado agrícola	10,28	12,09	(2)-7,9	-7,3
Total da PEA rural agrícola (4)	833,62	789,38	(1)-2,6	(3)-2,7

FONTE: PROJETO RURBANO. Campinas: UNICAMP/IE, set. 2000. Tab. Especiais.

(1) Indica 5% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (2) Denota 10% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (3) Demonstra 20% de significância (quanto maior o valor, pior será a estimativa), estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. (4) São apresentadas apenas as três principais ocupações, razão pela qual sua soma não é igual ao total.

8 - Considerações finais

A análise da evolução demográfica da população gaúcha na década de 90, com base nos dados da PNAD, permitiu identificar duas características principais. Primeiro, nos anos 90, a taxa de crescimento demográfico do Rio Grande do Sul foi proporcionalmente inferior àquela de décadas anteriores, pois, nesse período, a população gaúcha cresceu apenas 1,1% a.a. Segundo, quando se separa a população rural segundo os cortes metro e não-metropolitana, verifica-se que, nas áreas rurais metropolitanas, houve um aumento de 44 mil pessoas, significando uma elevação de 4,6% a.a. entre 1992 e 1999, ao passo que, nas áreas rurais não-metropolitanas, ocorreu uma redução de 120 mil pessoas (queda de 0,4% a.a.). Isso permite afirmar que as áreas rurais não-metropolitanas são as responsáveis pela expulsão populacional que ainda existe no Rio Grande do Sul. Ao longo do trabalho, verificou-se que esse

pequeno êxodo ainda existente nas áreas rurais, na verdade, ocorre naqueles espaços definidos como **rural privado**, onde predominam os estabelecimentos agropecuários de caráter privado.

Em relação à diminuição dos ativos rurais ocupados nas atividades agrícolas e sua concentração nos espaços definidos como **rural privado** da área não-metropolitana, as idéias discutidas no trabalho remetem a um conjunto de explicações, que estão relacionadas, fundamentalmente, às transformações estruturais da agricultura do Rio Grande do Sul decorrentes dos avanços do progresso tecnológico. Acredita-se que haja uma relação direta entre os efeitos do desenvolvimento tecnológico que aparece plasmada no aumento da produção e da produtividade da agropecuária, que tem provocado uma redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais agrícolas no período recente.

Bibliografia

BENETTI, M. D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização. In: FLIGENSPAN, F. B. (coord.) **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 63-117.

BERQUÓ, E. Uma nova onda para atropelar os direitos reprodutivos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 87-94, jan./jun. 1990.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. Graziano da (orgs.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna/SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 4 v.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. 222p.

FLIGENSPAN, F. B. (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE, 2000.

JARDIM, M. L. T. Dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. In: FLIGENSPAN, F. B. (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 213-247.

SCHNEIDER, S. **Dinâmica econômica e formas de ocupação no Rio Grande do Sul**: uma análise regional das atividades agrícolas e não-agrícolas. Porto Alegre: FAPERGS, 2002. Relatório de pesquisa; Auxílio Recém-Doutor (ARD); Processo 00/1514.3, 2002.

SCHNEIDER, S., NAVARRO, Z. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (orgs.). **O novo rural brasileiro**. [s.l.]: Embrapa; Unicamp, 2000. v. 3, p. 15-48.

SILVA, J. Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Coleção pesquisas, 1).

SILVA, J. Graziano da; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 1-16, jun. 1997a.

SILVA, J. Graziano da; DEL GROSSI, M. E. **O uso das PNADs para as áreas rurais**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2001. (Texto para discussão).

SILVA, J. Graziano da; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. **Anais...** Natal: Sober, 1997. p. 759-785.